

11/03/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S)	: ANTONIO PEREIRA DE PAULA
RECTE.(S)	: ROSIMEIRE MARTINS DE PAULA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL. RÁDIO COMUNITÁRIA. OPERAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO. ART. 183 DA LEI N. 9.472/1997. PRESENÇA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS. RECURSO PROVIDO.

1. A conduta dos Recorrentes não resultou em dano ou perigo concreto relevante para a sociedade, de modo a lesionar ou colocar em perigo bem jurídico na intensidade reclamada pelo princípio da ofensividade, sendo irrelevantes as consequências do fato. Esse fato não tem importância na seara penal, pois incide na espécie, o princípio da insignificância, que reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal e, por consequência, torna atípico o fato denunciado.

2. É manifesta a ausência de justa causa para a propositura da ação penal. Não há se subestimar a natureza subsidiária, fragmentária do direito penal, que somente deve ser acionado quando os outros ramos do direito não forem suficientes para a proteção dos bens jurídicos envolvidos. Precedentes.

3. Recurso provido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das

RHC 119123 / MG

notas taquigráficas, por maioria, **dar provimento ao recurso ordinário para restabelecer a decisão de rejeição da denúncia proferida pelo juízo da 9ª Vara Criminal Federal de Minas Gerais nos autos da ação penal n. 2007.38.023464-4**, nos termos do voto da Relatora. Vencidos os Senhores Ministros Gilmar Mendes e Teori Zavascki, que lhe negavam provimento.

Brasília, 13 de março de 2014.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

04/02/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S)	: ANTONIO PEREIRA DE PAULA
RECTE.(S)	: ROSIMEIRE MARTINS DE PAULA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):

1. Recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por ANTONIO PEREIRA DE PAULA e ROSIMEIRE MARTINS DE PAULA contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, em 6.6.2013, negou provimento ao Agravo Regimental no *Habeas Corpus* n. 251.632, Relatora a Ministra Marilza Maynard.

2. Os Recorrentes foram denunciados como incursos nas penas do art. 183 da Lei 9.472/97, porque, segundo a denúncia, operavam clandestinamente a rádio comunitária 106,5 FM.

3. A denúncia foi rejeitada pelo juiz da 9ª Vara Criminal Federal de Minas Gerais:

“Ao interrogar peritos da ANATEL convocados como testemunhas em processos anteriores, pude compreender que a potência lesiva da rádio em operação não depende apenas de equipamento utilizado ou da potência de seu transmissor, mas de uma série de outros fatores relacionados à área de serviço de rádio, dentre eles a intensidade de campo, tendo em vista a altura da antena sobre o solo, a potência de saída, o ganho horizontal e vertical da antena, o relevo do local (variação de cotas, levando em conta o desnível do

RHC 119123 / MG

terreno até um quilômetro da torre), a eficiência da linha de transmissão, à distância entre estações etc.

Saliente-se, inclusive, que todos estes aspectos técnicos são apreciados pela ANATEL para conferir autorização de funcionamento, conforme o disposto em sua Norma Complementar n. 01/2004.

Ora, se o que importa saber não é a simples potência do transmissor, mas sim a chamada potência efetiva irradiada (ERP), entendendo que deveriam ter sido investigados qual a potência e o sistema irradiante efetivamente empregados pela rádio nas reais condições em que esteve em funcionamento.

No caso em apreço, não houve perícia que constataste in loco que a rádio operara com potência efetiva irradiada acima do limite de segurança. Tal prova seria essencial e, portanto, absolutamente necessária à constatação do fato típico” (fl. 91).

4. Contra essa decisão foi interposto recurso em sentido estrito no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual foi provido para determinar o recebimento da denúncia:

“PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RÁDIO COMUNITÁRIA. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL COMPETENTE. ARTIGO 183 DA LEI N. 9.472/97. DEMONSTRAÇÃO DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART.41 DO CÓDIGO PENAL. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PRECEDENTES.

1. A apreensão dos equipamentos, em face do mandado de busca e apreensão, demonstra o funcionamento da mencionada rádio comunitária.

2. Os recorridos admitiram perante a autoridade policial que operavam a Rádio Koionia FM 106,5 MHz, de forma alternada, durante a semana por um deles e aos sábados e domingos por outro, sendo que a emissora não possuía autorização para funcionar.

3. A Lei n. 9.612/98, embora considere de baixa potência o serviço de radiodifusão prestado à comunidade, não autorizou seu

RHC 119123 / MG

funcionamento sem permissão do órgão governamental competente. Precedentes.

4. Conduta que se amolda, em tese, ao tipo penal descrito no artigo 183 da Lei n. 9.472/97. Denúncia que atende aos requisitos do art.41 do Código Penal.

5. Recurso em sentido estrito provido para receber a denúncia”.

5. Contra esse julgado a defesa impetrou no Superior Tribunal de Justiça o Habeas Corpus n. 251.632. Em 26.2.2013, a Relatora, Ministra Marilza Maynard, negou seguimento à impetração.

6. Contra a decisão monocrática interpuseram os Recorrentes agravo regimental, ao qual a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça negou provimento em 6.6.2013:

“AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. RÁDIO COMUNITÁRIA. INSTALAÇÃO DE TRANSMISSOR. BAIXA POTÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

– Não há ofensa ao princípio da colegialidade quando a decisão monocrática é proferida em obediência aos arts. 557, caput, do Código de Processo Civil e 3º do Código de Processo Penal, que permite ao relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Precedentes.

– Mesmo que o serviço de radiodifusão comunitário prestado tenha baixa potência e seja sem fins lucrativos, necessária a prévia autorização do Poder Público para o funcionamento da atividade a afastar, assim, a aplicação do princípio da insignificância. Precedentes.

Agravo regimental desprovido”.

7. Essa decisão é objeto do presente recurso ordinário em *habeas*

RHC 119123 / MG

corpus, interposto tempestivamente, no qual os Recorrentes alegam que “é diante da presença da suposta tipicidade formal decorrente do ‘funcionamento da atividade sem a necessária autorização do Poder Público’, que o princípio da insignificância ganha relevo, porquanto é desenvolvido, com valiosa profundidade, no que toca à tipicidade material da conduta. Ou seja, afirmar que é exigida autorização do Poder Público para o exercício da atividade é pressuposto lógico para o debate em torno do consagrado princípio, uma vez que não haveria utilidade na discussão se ausente a tipicidade formal” (fl. 48).

Este o teor dos pedidos:

“Por todo o exposto, vem requerer a este eg. STF que seja conhecido o presente recurso, e ao final seja dado provimento, para reformar o acórdão proferido no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, buscando a aplicação do princípio da insignificância no presente, por ser o transmissor de baixa potência - 10 W -, sendo portanto o fato atípico” (fl. 50) .

8. Foi dada vista dos autos ao Procurador-Geral da República, que opinou “*pelo provimento do recurso ordinário*”.

É o relatório.

04/02/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123 MINAS GERAIS

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):

1. Conforme relatado, os Recorrentes sustentam, basicamente, que seria aplicável no caso o princípio da insignificância.

2. É consabido que a tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária uma análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.

O princípio da insignificância reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal e, por consequência, torna atípico o fato na seara penal, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma penal.

3. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, *“para a incidência do princípio da insignificância devem ser relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato, tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada”* (HC 109.739, de minha relatoria, DJ 14.2.2012).

4. Na espécie vertente, a análise dos documentos que instruem o pedido e dos demais argumentos articulados na inicial evidencia a presença dos requisitos essenciais à incidência desse princípio, sendo determinante para o deslinde de controvérsias como a dos autos o relevo do bem jurídico tutelado diante da específica situação cuidada.

RHC 119123 / MG

5. Pelo que se tem nos autos, os Recorrentes foram denunciados pela suposta prática do delito previsto no art. 183 da Lei n. 9.472/1997, ou seja *“colocação em funcionamento de aparelhos de radiodifusão sonora, que operavam com frequência modulada de 106,5 Mhz e potência de 10 Watts, nesta capital, sem autorização do órgão governamental competente”* (fl. 90).

6. O juiz da 9ª Vara Criminal Federal de Minas Gerais afirmou:

“Ao interrogar peritos da ANATEL convocados como testemunhas em processos anteriores, pude compreender que a potência lesiva da rádio em operação não depende apenas de equipamento utilizado ou da potência de seu transmissor, mas de uma série de outros fatores relacionados à área de serviço de rádio, dentre eles a intensidade de campo, tendo em vista a altura da antena sobre o solo, a potência de saída, o ganho horizontal e vertical da antena, o relevo do local (variação de cotas, levando em conta o desnível do terreno até um quilômetro da torre), a eficiência da linha de transmissão, à distância entre estações etc.

Saliente-se, inclusive, que todos estes aspectos técnicos são apreciados pela ANATEL para conferir autorização de funcionamento, conforme o disposto em sua Norma Complementar n. 01/2004.

Ora, se o que importa saber não é a simples potência do transmissor, mas sim a chamada potência efetiva irradiada (ERP), entendo que deveriam ter sido investigados qual a potência e o sistema irradiante efetivamente empregados pela rádio nas reais condições em que esteve em funcionamento.

No caso em apreço, não houve perícia que constataste in loco que a rádio operara com potência efetiva irradiada acima do limite de segurança. Tal prova seria essencial e, portanto, absolutamente necessária à constatação do fato típico”.

7. Nessa linha de entendimento, levando-se em consideração as circunstâncias específicas do caso, tem-se por aplicável a insignificância dos efeitos antijurídicos do ato tido por delituoso.

RHC 119123 / MG

Com efeito, a conduta dos Recorrentes não resultou em dano ou perigo concreto relevante para a sociedade, de modo a lesionar ou colocar em perigo bem jurídico na intensidade reclamada pelo princípio da ofensividade, sendo irrelevantes as consequências do fato.

Em casos análogos, a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal:

“Ementa: HABEAS CORPUS. PENAL. RÁDIO COMUNITÁRIA. OPERAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO. IMPUTAÇÃO AO PACIENTE DA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 183 DA LEI 9.472/1997. BEM JURÍDICO TUTELADO. LESÃO. INEXPRESSIVIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. CRITÉRIOS OBJETIVOS. PRESENÇA. APURAÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA. I – Conforme perícia efetuada pela Anatel, o serviço de radiodifusão utilizado pela emissora não possuía capacidade de causar interferência prejudicial aos demais meios de comunicação, o que demonstra que o bem jurídico tutelado pela norma – segurança dos meios de telecomunicações – permaneceu incólume. II – Rádio comunitária operada com os objetivos de evangelização e prestação de serviços sociais, denotando, assim, a ausência de periculosidade social da ação e o reduzido grau de reprovabilidade da conduta imputada ao paciente. III - A aplicação do princípio da insignificância deve observar alguns vetores objetivos: (i) conduta minimamente ofensiva do agente; (ii) ausência de risco social da ação; (iii) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e (IV) inexpressividade da lesão jurídica. IV – Critérios que se fazem presentes, excepcionalmente, na espécie, levando ao reconhecimento do denominado crime de bagatela. V – Ordem concedida, sem prejuízo da possível apuração dos fatos atribuídos ao paciente na esfera administrativa” (HC 115.729, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 14.2.2013).

RHC 119123 / MG

8. Na esteira do parecer da Procuradoria-Geral da República:

“Sabidamente, o princípio da insignificância não está positivado no ordenamento jurídico pátrio; surgiu como construção interpretativa baseada nos postulados da fragmentariedade e intervenção mínima do Estado em matéria penal. Dada sua natureza restritiva, reserva-se aos casos em que o conteúdo do injusto se revela tão irrelevante que a reprimenda, ainda que fixada no mínimo legal, se afigura desproporcional.

Nesse contexto, a jurisprudência desse Pretório Excelso assentou alguns vetores a serem observados para a aferição do relevo material da tipicidade penal, tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a inexistência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada¹.

Pois bem. No caso em testilha, a pretensão acusatória não foi rejeitada, propriamente, com base no princípio da insignificância, mas porquanto, segundo o douto Juízo de Primeiro Grau, a materialidade delitiva não restou demonstrada.

Partindo do pressuposto de que o crime em estudo (183 da Lei nº 9.472/97 - desenvolver atividades de telecomunicação sem autorização) é de perigo concreto, a douta autoridade julgadora considerou ser imprescindível a efetiva afronta ao bem jurídico tutelado pela norma.

(...)

Assinale-se, por fim, que reconhecer a incidência do princípio da insignificância em hipóteses que versam acerca do crime tipificado no art. 183 da Lei n.º 9472/97 implica reconhecê-lo como de perigo concreto. Com efeito, a decisão do Juízo Singular deve ser restaurada, por estar em consonância com jurisprudência desse Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, somos pelo provimento do recurso ordinário”
(Evento 4).

É manifesta a ausência de justa causa para a propositura da ação penal contra os Recorrentes. Não há se subestimar a natureza subsidiária,

RHC 119123 / MG

fragmentária do direito penal, que somente deve ser acionado quando os outros ramos do direito não forem suficientes para a proteção dos bens jurídicos envolvidos.

9. Pelo exposto, diante da incidência do princípio da insignificância, encaminho a votação no sentido de dar provimento ao recurso ordinário para restabelecer a decisão de rejeição da denúncia proferida pelo juízo da 9ª Vara Criminal Federal de Minas Gerais nos autos da ação penal n. 2007.38.023464-4.

04/02/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Nesse precedente, eu participei e fiquei vencido.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - Eu me lembro disso, por isso que eu fiz questão de trazer.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Vencido na consideração de que, nos termos como definido o ilícito, do ponto de vista penal, um juízo de insignificância importaria a própria revogação do dispositivo penal.

Mas, nesse caso, parece-me mais sério ainda porque, na verdade, não se sabe se a rádio comunitária interferia ou não interferia na segurança.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - É, o que o juiz disse é literal.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Não se recebe a denúncia com base na falta de prova. Essa prova vai se fazer no curso da ação penal.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - Mas porque o juiz afirma isso. Apenas para esclarecimento do que disse e do meu voto, o juiz afirma:

"Se o que importa saber não é a simples potência do transmissor, mas sim a chamada *potência efetiva e irradiada* (ERP), entendo que deveriam ter sido investigados qual a potência e o sistema irradiante efetivamente empregados pela rádio nas reais condições em que esteve em funcionamento".

Ele considerou que não havia indícios mínimos; que o Ministério Público teria que ter investigado para comprovar que haveria uma situação de lesão à ordem jurídico-penal.

E aí é que ele afirma aquele trecho que li:

"No caso em apreço, não houve que se constatasse in loco que a

RHC 119123 / MG

rádio operava com potência efetiva irradiada acima do limite de segurança. Tal prova seria essencial e, portanto, absolutamente necessária à constatação do fato típico."

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Mas aí é que está: isso não é motivo para rejeitar a denúncia por insignificância, por falta de uma prova, que pode e deve - e é o momento próprio - fazer-se no curso da ação penal.

Vou pedir vênias para manter minha posição.

04/02/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S)	: ANTONIO PEREIRA DE PAULA
RECTE.(S)	: ROSIMEIRE MARTINS DE PAULA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

V I S T A

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Presidente, eu vou pedir vista, se Vossa Excelência me permite. Trago na próxima semana. Até porque, independentemente do alcance de uma rádio comunitária, ela pode, por exemplo, derrubar um avião, ela pode perturbar o tráfego aéreo; quer dizer, não se trata apenas de uma irregularidade no aspecto formal.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - Por isso é que naquele caso, quando o Ministro Lewandowski trouxe, eu disse isto: olha, eu acho que há outras formas, inclusive administrativamente, de se verificar se a Anatel tem os dados e se tem o controle disso.

O que eu não considerava apenas, e não considere neste caso, é que operavam clandestinamente a Rádio Comunitária 106,15 FM.

Então, eu considere que, neste caso, tal como naquele precedente... Mas por isso é que chamei a atenção para o precedente, porque nós discutimos longamente se o só fato do serviço público...

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - O próprio Ministério Público é favorável, no sentido de que se manifestou favoravelmente ao provimento do recurso ordinário.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - É. Por isso que eu li: no sentido do provimento do recurso. Fiz questão de dizer exatamente e transcrevi uma passagem, em que ele,

RHC 119123 / MG

o Ministério, diz isso:

"a pretensão acusatória não foi rejeitada propriamente, com base no princípio da insignificância, mas porquanto, segundo o douto Juiz de Primeiro Grau, a materialidade delitiva não ficou demonstrada".

Que é o que o Ministro Teori está considerando: que o momento da prova seria o da ação penal.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhora Presidente, vou aguardar o pedido de vista, o retorno dos autos, porque certamente o Ministro Gilmar Mendes vai trazer argumentação, como sempre, muito sólida.

Queria apenas ponderar que, nesse caso, dentre outros valores que estão em jogo, para ponderação desta Suprema Corte, está a liberdade de culto. Muito além das normas administrativas, de um eventual prejuízo a outros serviços públicos e até à segurança aérea, que não foi demonstrado que se tem - como se tem em São Paulo, por vezes, naquelas rádios que se situam no entorno do Aeroporto de Congonhas e de Guarulhos, onde comprovadamente há interferência nas comunicações dos pilotos da aviação comercial e militar com as torres de controle -, aqui, isso, como Vossa Excelência bem colocou, não foi comprovado.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - O juiz considerou que não tinha dados.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Portanto, a presunção é de não interferência com outros serviços e valores tutelados pela norma.

Então, Senhora Presidente, sem me pronunciar de forma antecipada, vou aguardar o voto-vista do Ministro Gilmar Mendes.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

RECTE.(S) : ANTONIO PEREIRA DE PAULA

RECTE.(S) : ROSIMEIRE MARTINS DE PAULA

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Após o voto da Ministra Relatora, que provia o recurso, e do Ministro Teori Zavascki, que o desprovia, o julgamento foi suspenso em virtude do pedido de vista formulado pelo Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 04.02.2014.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Ravena Siqueira
Secretária Substituta

11/03/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123 MINAS GERAIS**VOTO-VISTA**

O Senhor Ministro Gilmar Mendes: Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, sem pedido de medida liminar, interposto pela Defensoria Pública da União (DPU), em favor de Antônio Pereira de Paula e Rosimeire Martins de Paula, contra acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou provimento ao Agravo Regimental no *Habeas Corpus* n. 251.632/MG.

Na espécie, os recorrentes foram denunciados perante o Juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais pela prática, em tese, do delito previsto no art. 183 da Lei 9.472/1997 (desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação).

Segundo os autos, no dia 14 de junho de 2007, agentes da Polícia Federal compareceram à Rua Doutor Geraldo Starling Soares, 615, Bairro Regina, Belo Horizonte/MG e constataram a existência da rádio 106,5 FM, instalada e operando sem autorização. Realizaram a apreensão de uma mesa de som e de um transmissor de rádio.

Posteriormente, em 20 de outubro de 2008, o Juízo de origem rejeitou a denúncia (CPP, art. 395, inciso III – falta de justa causa para o exercício da ação penal), por considerar a ausência de perícia que constataste *in loco* que a rádio operara com potência efetiva irradiada acima do limite de segurança (inferior a 25 watts).

Inconformado, o Ministério Público Federal interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF da 1ª Região), alegando que o simples exercício clandestino de radiodifusão é suficiente para tipificar a conduta disposta no art. 183 da Lei 9.472/97, não importando se há ou não o efetivo perigo de interferência nociva nas transmissões outorgadas pelo Poder Público, pois o perigo, no caso, é de natureza abstrata.

Afirmou, também, que, diferentemente do entendimento do Juízo a

RHC 119123 / MG

quo, a Lei n. 9.612/98, ao disciplinar o funcionamento de rádios comunitárias e definir como de baixa potência as transmissões inferiores a 25 *watts*, não estabeleceu *uma variação de graus de perigo no desempenho das atividades de telecomunicações*. Apenas e tão somente simplificou o procedimento de outorga para as transmissões de tais emissoras de rádio, em razão do seu caráter social.

Asseverou que o exercício de atividade de radiodifusão, sem prévia autorização do órgão estatal, ainda que de baixa potência, configura o tipo penal do art. 183 da Lei 9.472/97, havendo uma perfeita harmonia entre os dois diplomas legais citados.

Por fim, sustentou que a ausência de perícia *in loco* a fim de aferir o efetivo perigo concreto das transmissões operadas pelos recorridos não inviabiliza o recebimento da denúncia, porquanto o tipo penal é de natureza formal e de perigo abstrato, não sendo necessárias outras provas, além do efetivo funcionamento da rádio clandestina.

Ademais, destacou que tal diligência poderia ser realizada no curso da instrução criminal, com observância do contraditório.

A Terceira Turma do TRF da 1ª Região deu provimento ao recurso em sentido estrito para receber a denúncia. Eis a ementa desse julgado:

“PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RÁDIO COMUNITÁRIA. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL COMPETENTE. ARTIGO 183 DA LEI N. 9.472/97. DEMONSTRAÇÃO DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CÓDIGO PENAL. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PRECEDENTES.

1. A apreensão dos equipamentos, em face do mandado de busca e apreensão, demonstra o funcionamento da mencionada rádio comunitária.

2. Os recorridos admitiram perante a autoridade policial que operavam a Rádio Koionia FM 106,5 Mhz, de forma alternada, durante a semana por um deles e aos sábados e domingos por outro, sendo que a emissora não possuía

RHC 119123 / MG

autorização para funcionar.

3. A Lei n. 9.612/98, embora considere de baixa potência o serviço de radiodifusão prestado à comunidade, não autorizou seu funcionamento sem permissão do órgão governamental competente. Precedentes.

4. Conduta que se amolda, em tese, ao tipo penal descrito no artigo 183 da Lei n. 9.472/97. Denúncia que atende aos requisitos do art. 41 do Código Penal.

5. Recurso em sentido estrito provido para receber a denúncia”.

Daí a impetração de *habeas corpus* perante o STJ, que, em sede de decisão monocrática, negou seguimento ao pedido.

Interposto agravo regimental, a Quinta Turma desse Tribunal Superior manteve o mesmo entendimento exarado pela relatora:

“A instalação e funcionamento de emissora de rádio clandestina é crime tipificado no art. 70 da Lei 4.117/62 – e não no art. 183 da Lei 9.472/97 (cf. art. 215, I, da Lei 9.472/97) –, não tendo havido modificação da matéria mesmo após a superveniência da EC 08/95, sendo irrelevante, ademais, que o serviço de radiodifusão comunitário prestado tenha baixa potência e seja sem fins lucrativos, já que, mesmo em tais casos, persiste a necessidade de prévia autorização do Poder Público para o funcionamento da atividade, a afastar, portanto, a aplicação do princípio da insignificância”.

No presente recurso ordinário em *habeas corpus*, a defesa insiste na aplicação do princípio da insignificância. Para tanto, afirma: **o funcionamento de uma emissora comunitária de baixa potência (10 W), operada sem finalidade lucrativa por um casal de missionários da Igreja Pentecostal, não tem o condão de causar lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico protegido pela norma incriminadora.**

Ao final, pede o provimento do recurso, para reformar o acórdão

RHC 119123 / MG

proferido pelo STJ, com a aplicação do princípio da insignificância ao caso, por ser o transmissor de baixa potência (10W).

Em 4 de fevereiro de 2014, após o voto da Ministra relatora Cármen Lúcia, que provia o recurso, e do Ministro Teori Zavascki, que negava provimento ao recurso, pedi vista dos autos.

Naquela oportunidade, afirmei:

“Presidente, eu vou pedir vista, se Vossa Excelência me permite. Até porque, independentemente do alcance de uma rádio comunitária, ela pode, por exemplo, derrubar um avião, ela pode perturbar o tráfego aéreo; quer dizer, não se trata apenas de uma irregularidade formal”.

No caso em apreço, os pacientes foram denunciados pela prática, em tese, do crime previsto no art. 183 da Lei 9.471/1997, por desenvolver, clandestinamente, atividade de telecomunicação (instalação e funcionamento de emissora de rádio clandestina).

A defesa busca a aplicação do princípio da insignificância.

Cumprе destacar que o STF tem entendido que, para incidência do princípio da insignificância, alguns vetores devem ser considerados, quais sejam: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) a ausência de periculosidade social da ação; c) o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e d) a inexpressividade da lesão jurídica causada (cf. HC 84.412SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJe 19.11.2004).

Inicialmente, entendo oportuno transcrever os seguintes trechos do acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região que bem sintetizam a controvérsia:

“No caso dos autos, os recorridos admitiram perante a autoridade policial que operaram a Rádio Koionia FM 106.5 MHz, de forma alternada, durante a semana por um deles e aos sábados e domingos por outro, sendo que a emissora não possuía autorização para funcionar.

Além do mais, a apreensão dos equipamentos, em face do

RHC 119123 / MG

mandado de busca e apreensão expedido pelo d. Juízo da 4ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais – fls. 05/09 – demonstra o funcionamento da mencionada rádio comunitária.

Quanto à necessidade de autorização para funcionamento das rádios comunitárias, tenho que assiste razão ao Ministério Público. A Lei n. 9.612/98, embora defina baixa potência o serviço de radiodifusão prestado à comunidade, **não autorizou funcionasse sem a devida permissão do órgão competente**. Apenas simplificou o procedimento para obtenção da permissão de funcionamento – obtenção da outorga.

Assim sendo, o funcionamento da rádio FM 106,5 MHz, operada pelos recorridos, sem autorização legal, amolda-se em tese, ao tipo descrito no art. 183 da Lei 9.472/97, conforme orientação jurisprudencial do STJ: *‘aquele que instala ou utiliza de serviços de telecomunicações sem prévia autorização do órgão regulador está sujeito às penas cominadas no art. 183 da Lei 9.472/97’*.

A instalação de estação clandestina de radiofrequência, sem autorização do órgão e do ente com atribuições para tanto – o Ministério das Comunicações e a Anatel – já é suficiente a comprometer a regularidade do sistema de telecomunicações.

Também compartilho do entendimento no sentido de que, mesmo se tratando de uma rádio de baixa frequência, é imprescindível a autorização governamental para o seu funcionamento.

Com o tipo do art. 183 da Lei 9.472/97, o legislador buscou tutelar a segurança dos meios de comunicação, pois se sabe que o funcionamento dessas rádios pode causar interferência em vários sistemas, principalmente o aéreo. Daí a prescindibilidade de comprovação de prejuízo efetivo para sua consumação.

Ainda, sobre o tema, reputo muito valiosa a manifestação da PGR nos autos do HC 117.120/BA, de minha relatoria, com liminar indeferida:

RHC 119123 / MG

“A liberdade da manifestação de pensamento e da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IV e IX, da Constituição Federal) não permitem que o particular instale serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens sem prévia autorização do poder público.

13. A Lei nº 9.612/98 estabeleceu que o serviço de radiodifusão comunitária, com baixa potência, assim considerada a inferior a 25 watts, está sujeito à obediência do disposto no art. 223 da CF/88 e à autorização do poder concedente (art. 6º da Lei 9.612/98).

14. Logo, a aplicação do princípio da insignificância aos delitos desta espécie contraria o interesse da sociedade à regulamentação e à fiscalização desses serviços.

15. Considerando-se que os serviços de telecomunicações, nos termos da Lei nº 9.472/97, submetem-se a órgão regulador da União – a ANATEL –, qualquer prática que se subtraia à sua fiscalização deve ser tomada como portadora de periculosidade, ainda que, em certos casos, pequena.

16. Saliente-se, aqui, que a aplicação do princípio da insignificância requer a ausência da periculosidade social da ação, de maneira que, caso exista, ainda que de maneira branda, a incidência do princípio deve ser afastada”.

No sentido de afastar a aplicação do princípio da insignificância aos crimes de exploração clandestina de radiodifusão, transcrevo as ementas dos seguintes julgados das duas turmas do STF:

“*HABEAS CORPUS*. DIREITO PENAL. EXPLORAÇÃO CLANDESTINA DE RADIODIFUSÃO. ARTIGO 183 DA LEI 9.472/1997. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. REPROVABILIDADE DA CONDUTA. EXPRESSIVIDADE DO BEM JURÍDICO TUTELADO. ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO REGULARMENTE INSTALADOS. ORDEM

RHC 119123 / MG

DENEGADA. 1. Avalia-se a pertinência do princípio da insignificância a partir dos aspectos relevantes da conduta imputada. 2. **Inegável a expressividade do bem jurídico tutelado pelo art. 183 da Lei 9.472/1997 consubstanciado no adequado e no seguro funcionamento dos serviços de comunicação regularmente instalados no país.** 3. A suposta operação de rádio clandestina em frequência capaz de interferir no regular funcionamento dos serviços de comunicação devidamente autorizados impede a aplicação do princípio da insignificância. 4. Ordem denegada”. (HC 119.979MG, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 3.2.2014).

“*HABEAS CORPUS*. PENAL. CRIME DE ATIVIDADE CLANDESTINA DE TELECOMUNICAÇÃO. INVIABILIDADE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: ALTO GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA E OFENSA AO BEM JURÍDICO PENALMENTE TUTELADO. ORDEM DENEGADA. 1. A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de lesão grave e penalmente relevante do bem jurídico tutelado. 2. O princípio da insignificância reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal, tornando atípico o fato na seara penal, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma penal. 3. Para a incidência do princípio da insignificância, devem ser relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato, como a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada. 4. **O desenvolvimento de atividades clandestinas de telecomunicação, além de ser reprovável, não é minimamente ofensivo.** 5. *Habeas corpus* denegado”. (HC 111.518/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe

RHC 119123 / MG

26.3.2013).

Considerada a real possibilidade das atividades desenvolvidas pelos acusados interferirem em outros serviços de telecomunicações, afetando, inclusive, a frequência utilizada por aeronaves, entendo inviável a aplicação do princípio da insignificância.

Ante o exposto, peço vênia à Ministra Presidente e Relatora para negar provimento ao recurso, por considerar que a periculosidade social da ação dos recorrentes impede a aplicação do princípio da insignificância.

É como voto.

11/03/2014**SEGUNDA TURMA****RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123 MINAS GERAIS****CONFIRMAÇÃO DE VOTO**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - Eu queria apenas esclarecer - o Ministro Teori já tinha também negado provimento - que quando acompanhei o Ministro Ricardo Lewandowski, num outro caso exatamente como precedente, entendi, como ele, que a questão não ficava sem um devido equacionamento. Só que, a meu ver, tinha razão naquele caso o Ministro Lewandowski - que eu acompanhei - porque poderia e deveria ser submetida à fiscalização permanente administrativa e à eventual apenação administrativa, refugindo-se à incidência do Direito Penal

E, neste caso, eu tomei este dado - claro, cada caso, em Direito Penal, é um caso -, exatamente, pelo que se tem nos autos, afirmado pelo Juiz da 9ª Vara Criminal Federal de Minas Gerais. E apenas releio só para lembrança e para justificativa, porque vou manter, neste caso, o meu voto. Estou dizendo isso, Ministro Gilmar, porque há casos em que este mesmo dispositivo, sendo considerado afrontado, eu acolho, mas neste caso, disse o Juiz:

"Ao interrogar peritos da ANATEL convocados como testemunhas em processos anteriores, pude compreender que a potência lesiva da rádio em operação não depende apenas do equipamento utilizado ou da potência de seu transmissor, mas de uma série de outros fatores relacionados à área de serviço da rádio, dentre eles a intensidade de campo, tendo em vista a altura da antena sobre o solo, a potência de saída, o ganho horizontal e vertical da antena, o relevo do local (variação de cotas, levando em conta o desnível do terreno até um quilômetro da torre), a eficiência da linha de transmissão, a distância entre estações etc.

Saliente-se, inclusive, que todos estes aspectos técnicos são apreciados pela ANATEL para conferir autorização de funcionamento, conforme disposto em Norma Complementar n.º 01/2004.

Ora, se o que importa saber não é a simples potência do transmissor,

RHC 119123 / MG

mas sim a chamada potência efetiva irradiada (ERP), entendo que deveriam ter sido investigados qual a potência e o sistema irradiante efetivamente empregados pela rádio nas reais condições em que esteve em funcionamento.

No caso em apreço, não houve perícia que constataste **in loco** que a rádio operara com potência efetiva irradiada acima do limite de segurança."

É essa razão pela qual, neste caso, eu considere que, tal como no precedente do Ministro Ricardo Lewandowski que eu acompanhei, não se tinha um risco.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Mas veja Vossa Excelência o que que o Juiz está dizendo. Ele está dizendo que, a despeito de estarmos abaixo, portanto, de cento e vinte e cinco watts, haverá outros fatores, o que leva para uma casuística.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - Mas ele também diz que a ANATEL e os agentes da ANATEL foram chamados como testemunhas neste caso.

Essa razão pela qual eu peço vênias a Vossa Excelência e ao Ministro Teori, que também nega provimento, para manter o meu voto.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Agora, interessante é por que que ele encerrou o processo? Por que que ele não prosseguiu na ação com a realização da perícia? Isso o Ministro Teori, inclusive, ressaltou, que prosseguisse na ação com a realização da perícia.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Agora, eu me permito fazer uma pequena consideração e também peço vênias para trazer à colação uma experiência pessoal.

Eu, alguns anos atrás, fui convidado a participar de uma banca de mestrado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Integrei a banca de mestrado, e a tese era, justamente, sobre rádios comunitárias.

Eu não conhecia absolutamente nada sobre essa questão do ponto de vista, digamos assim, material; apenas me informei o suficiente, para poder participar da banca, dos aspectos legais dessa questão.

RHC 119123 / MG

Mas, lá, tomei conhecimento, e a escola era uma escola de jornalismo, de que essas rádios comunitárias, não raro ou até como regra, prestam um serviço de natureza social relevantíssimo em pequenas comunidades, sobretudo aquelas mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Então, eu ouvi relatos de rádios comunitárias - por exemplo, em morros -, que prestam serviços importantes no que diz respeito a informações sobre saúde básica, sobre campanhas de vacinação, sobre alertas com relação a perigo comum, como incêndio, como desabamentos, etc.

Nós julgamos, aqui, recentemente, eu fui Relator, e é por isso é que eu até deferi o *habeas corpus*. Era uma pequena comunidade no interior do Amazonas que prestava um serviço comunitário importantíssimo e que havia comprovação nos autos que não havia nenhum dano ao tráfego aéreo, não havia interferência com outras rádios, não havia absolutamente nada. E há outros casos, inclusive, hoje, muito frequentes, em que certas comunidades evangélicas propagam a palavra de Deus, como eles entendem, através dessas rádios comunitárias.

Então, é preciso ver *cum grano salis*. Cada caso, a meu ver, é um caso; e eu acho, sim, que o Direito Penal, assim como o Direito do Trabalho, é eminentemente casuístico. Nós não podemos traçar uma regra geral como no Direito Público.

Então, essa é uma consideração que eu queria trazer à colação dos eminentes pares exatamente nesse sentido: que nós, aqui, temos o dever, a meu ver, de examinar cada caso concreto e verificar se a utilização de uma rádio comunitária configura um dolo de natureza criminal ou meramente um ilícito administrativo.

Então, a matéria só pode ser examinada casuisticamente, *data venia*, com todo o respeito.

É o que eu queria aduzir.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A meu ver, está equivocado. Não é disso que se cuida, não.

O fato de permitir-se o funcionamento da rádio comunitária não

RHC 119123 / MG

permite que o sujeito constitua uma rádio comunitária, ou constitua uma rádio, seja lá o que for; até porque nós estamos falando de um tema que exige, necessariamente, especificação técnica, do contrário vamos ter interferência no próprio âmbito da comunicação. Nós não estamos nem falando, aqui, da comunicação das aeronaves, mas das comunicações, inclusive, entre as próprias rádios. Vai haver incidência se esse espaço... Não se trata de rodar um jornal com mimeógrafo, não é disso que nós estamos a falar. Por isso que precisa de regulação.

Agora, a outra questão seria pedir uma rádio comunitária, que já é um procedimento simplificado, e não obteve a autorização. Aqui, então, precisamos de ter outras medidas judiciais. Por quê? Porque se está retardando o atendimento que é essencial à comunidade. Mas, veja, esse direito tem que ser exercido em compatibilidade com aquele que é de interesse comum. Há uma reserva legal a que esse direito está submetido.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) – Mas, quanto a isso, não sou contra...

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Ele pode até ser absolvido, pode não haver dolo, pode haver até toda justificativa, mas não pode haver, aqui, o fundamento de princípio da insignificância num caso dessa relevância.

Vamos imaginar que todos nós, imbuídos do melhor espírito social, vamos supor, decidíssemos ter uma rádio comunitária para atender, sei lá, a comunicação com os nossos vizinhos. Veja a bagunça que isto resultaria no âmbito institucional. Isso é, mais ou menos, elementar. Por quê? Porque não há frequência suficiente para todos.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - Sim, mas, neste caso, o juiz considerou que não era típico, apenas para completar, porque, pelo que ele afirma, como eu disse:

"No caso em apreço, não houve perícia que constasse **in loco** que a rádio operara com potência efetiva irradiada acima do limite de segurança."

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Ele está criando, na verdade, um outro requisito para caracterização da tipicidade: que haja

RHC 119123 / MG

perícia por parte da..., quando na verdade, é outra coisa o que a lei diz.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - Não, porque ele ouviu agentes da ANATEL, que disseram que não tinha. Mas, de todo jeito, eu apenas estou registrando.

#

11/03/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Eu acompanho a Ministra-Relatora porque acho que esse é o caso típico em que o Direito Penal não deve ser acionado, porque, afinal de contas, não há nenhum bem penalmente tutelado que foi colocado em risco, a meu ver.

11/03/2014

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Também entendo, Senhora Presidente, que se impõe o provimento do recurso ordinário em questão, para, **invalidado** o acórdão condenatório, **restabelecer-se** a sentença penal absolutória.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE E RELATORA) - Apenas para a tranquilidade de Vossa Excelência, eu não fiz referência ao princípio da insignificância, mas mantive os dados. Por isso é que eu li a transcrição da passagem do juiz.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: *Na realidade, acha-se configurado, na espécie, na linha de nossa jurisprudência, o fato insignificante.*

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.123

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

RECTE.(S) : ANTONIO PEREIRA DE PAULA

RECTE.(S) : ROSIMEIRE MARTINS DE PAULA

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Após o voto da Ministra Relatora, que provia o recurso, e do Ministro Teori Zavascki, que o desprovia, o julgamento foi suspenso em virtude do pedido de vista formulado pelo Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 04.02.2014.

Decisão: A Turma, por maioria, deu provimento ao recurso ordinário para restabelecer a decisão de rejeição da denúncia proferida pelo juízo da 9ª Vara Criminal Federal de Minas Gerais nos autos da ação penal n. 2007.38.023464-4, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Senhores Ministros Gilmar Mendes e Teori Zavascki, que lhe negavam provimento. **2ª Turma**, 11.03.2014.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Ravena Siqueira
Secretária Substituta